

A viabilidade dos terceiros partidos no sistema político dos Estados Unidos

Ricardo José Pereira Rodrigues

Sumário

1. Introdução. 2. Definindo terceiros partidos. 3. Barreiras à formação de terceiros partidos viáveis. 3.1. Barreiras institucionais. 3.2. Barreiras não institucionais. 3.3. Explicações fundamentadas na teoria da escolha racional. 3.4. Perspectiva marxista. 4. O Partido Libertário e o Partido Reformista de Ross Perot: diferentes tipos de terceiros partidos. 5. As perspectivas para os terceiros partidos nos Estados Unidos.

1. Introdução

Enquanto os norte-americanos enxergam o sistema bipartidário de competição eleitoral de seu país como característico da plena normalidade na política, a estabilidade daquele sistema de partidos apresenta-se como um fenômeno inusitado para observadores internacionais e para cientistas políticos que adotam a perspectiva comparada em seus estudos. Alguns comparativistas chegam a considerar o sistema bipartidário dos Estados Unidos como um caso singular entre os sistemas partidários ocidentais pela total “ausência de partido socialista ou democrata social com qualquer relevância eleitoral” (MCSWENNEY; ZVESPER, 1991, p. 78).

O predomínio de dois grandes partidos no sistema norte-americano tende a obscurecer a realidade de que dezenas de partidos menores existem e participam em eleições estaduais e nacionais nos Estados Unidos

Ricardo José Pereira Rodrigues é Doutor em Ciência Política pela State University of New York, em Albany. Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

desde o início do século XIX. Obscurecido também tende a ficar o fato de que o voto para terceiros partidos tem sido registrado em todas as principais eleições realizadas no país, com os partidos menores capturando mais de 5% dos votos em um terço das eleições realizadas para presidente da República desde 1840, segundo dados de 1996 de Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 4).

Por que nenhuma dessas agremiações partidárias de menor porte chegou a ameaçar o sistema bipartidário norte-americano? A história demonstra que os partidos maiores, em um determinado momento, podem, de fato, ser substituídos por outros partidos durante realinhamentos partidários. Entretanto, o caráter bipartidário do sistema nunca foi ameaçado. Por quê? Num país com grandes diferenças geográficas, onde convivem grupos das mais variadas etnias, seria lógico presumir que um sistema partidário com apenas dois partidos não viesse a refletir razoavelmente as aspirações e preocupações das muitas subculturas que ali florescem. Por isso, o lógico seria esperar que existisse no país um sistema multipartidário. Mas esse é claramente um caso no qual expectativas não coincidem com a realidade.

O presente trabalho busca respostas para tais perguntas por meio de um levantamento da literatura dedicada ao estudo de terceiros partidos nos Estados Unidos. Nossa análise enfoca as explicações esboçadas pela literatura a respeito da durabilidade do sistema bipartidário norte-americano, da fragilidade dos desafios representados por terceiros partidos e do surgimento ocasional, em eleições presidenciais nos Estados Unidos, de candidatos relevantes filiados a terceiros partidos.

2. Definindo terceiros partidos

Gillespie (1993, p. 15) define terceiro partido como

“um agregado organizado de líderes, membros e apoiadores que se

auto-intitula um partido, que articula interesses de uma base eleitoral, que faz pressão sobre o sistema político e partidário norte-americano usando métodos eleitorais e/ou políticos e nunca atinge ou não consegue agrupar um contingente sustentável da lealdade de pessoas que compõem o corpo político da nação”.

Para Gillespie, portanto, pouco separa os terceiros partidos dos grupos de pressão. Assim como tais grupos, os terceiros partidos estão melhor posicionados para articular interesses do que para agregá-los. Assim como acontece com os grupos de pressão, o foco dos terceiros partidos tende a ser muito estreito. A diferença entre os terceiros partidos e os grupos de interesse reside no grau de seu envolvimento em disputas eleitorais. Apesar de seu interesse em resultados eleitorais, os grupos de pressão não indicam oficialmente candidatos para cargo eletivo, enquanto é precisamente isso que os terceiros partidos realizam.

Em seu livro clássico sobre partidos e grupos de pressão, V. O. Key (1964, p. 281) classifica os terceiros partidos em dois tipos: os partidos doutrinários de existência contínua e os terceiros partidos de curta duração. O primeiro tipo consiste naqueles “formados para difundir uma doutrina específica... sua longa duração pode ser mais significativa do que sua coloração doutrinária para diferenciá-los de outras agremiações partidárias menores”. Exemplos de partidos desse tipo nos Estados Unidos são o Partido Libertário (Libertarian Party) e o Partido da Proibição (Prohibition Party). De acordo com Gillespie (1993, p. 10), esses partidos apresentam um alto grau de estabilidade e continuidade, mas sua “longevidade resulta mais do compromisso de seus ativistas com a doutrina do partido do que de qualquer esperança genuína de vitória eleitoral”.

Por sua vez, os partidos de curta duração podem ser subdivididos em dois grupos: o daqueles formados por um mo-

vimento de protesto de natureza econômica e o daqueles produzidos por um processo de secessão dentro de um dos principais partidos. Key afirma que muitos dos mais importantes terceiros partidos criados nos Estados Unidos foram oriundos de sério descontentamento com a economia. Esse foi certamente o caso do Partido Populista (Populist Party), nascido da associação entre o movimento de protesto contra a política agrária no oeste do país e o movimento sindical no leste. O partido criado para dar sustentação à candidatura de Ross Perot também pertence a essa categoria.

Key (1964, p. 290,291) cita o Partido Progressista (Progressive Party) e os Dixiecrats como exemplos de terceiros partidos oriundos da secessão de partidos maiores:

“A candidatura de Theodore Roosevelt pelo Partido Progressista em 1912 nasceu das divisões no âmbito da liderança do Partido Republicano. De forma semelhante, em 1948, o Movimento em Prol dos Direitos dos Estados, também chamado de movimento Dixiecrat, originou-se de rebelião de um contingente do Partido Democrata contra a facção dominante do partido”.

Além desses dois tipos, Gillespie (1993, p. 12,13) adiciona uma terceira variedade. Trata-se do partido não nacional. Ele qualifica com este conceito àqueles partidos que, a despeito de exercerem grande influência na política de certas localidades, atuam apenas dentro de suas respectivas áreas de origem. Gillespie usa como exemplo o Partido do Trabalhador Rural de Minnesota (Minnesota Farmer-Labor Party), o qual conquistou o *status* de importante partido no Estado de Minnesota, mas, na perspectiva nacional, nunca deixou de ser um partido nanico e sem expressão.

Uma situação semelhante à dos terceiros partidos, mas que dela se distingue claramente, é a das candidaturas independentes. Um candidato independente, que, não raras vezes, figura nas cédulas de votação

para Presidente da República nos Estados Unidos, é simplesmente um candidato sem partido. Esses candidatos deixam de desfrutar dos benefícios de pertencer a uma legenda partidária, tais como obter identificação ideológica ou usar dos recursos de uma base eleitoral consolidada.

De acordo com Mazmanian (1974, p. 27), a formação de terceiros partidos está intrinsecamente ligada à desordem política. Para ele, “a mais importante pré-condição para o eleitor norte-americano transferir seu voto para candidatos de terceiros partidos é a existência de uma severa crise política”. Mazmanian (1974, p. 66) fundamenta sua afirmação em registros históricos de mais de 150 anos, nos quais fica evidente que terceiros partidos viáveis apenas surgiram no país em períodos de intenso conflito nacional. “Em geral, o voto em candidatos de terceiros partidos apresentou a mesma tendência”.

Hazlett II (1992, p. 26) sugere, ainda, que terceiros partidos também se formam em torno de candidatos célebres e que a maioria das pequenas legendas norte-americanas do século passado tinha essa configuração.

“Teddy Roosevelt, concorrendo pela chapa progressista nas eleições de 1912, recebeu 28% do voto popular. Ele era o coração do Partido Progressista. O partido era, essencialmente, um movimento centrado na personalidade cativante do candidato, podendo mesmo ser visto como um movimento baseado na idolatria ao candidato”.

3. Barreiras à formação de terceiros partidos viáveis

O sistema partidário norte-americano funciona por meio de uma série de mecanismos, tanto institucionais quanto não institucionais, que impedem os terceiros partidos de conquistarem viabilidade. Gillespie (1993, p. 28) chama esses mecanismos de “fatores que ajudam a conduzir os tercei-

ros partidos à margem” do sistema. Além disso, Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 15) acreditam que esses mecanismos constrangedores são tão robustos que “o voto para terceiros partidos apenas se dá nas mais extremas condições”.

A literatura especializada no assunto descreve as barreiras impostas aos terceiros partidos sob vários prismas: do ponto de vista constitucional e legal, da perspectiva cultural e social, da questão ideológica e até da economia do voto.

3.1. Barreiras institucionais

A explicação mais comum para o predomínio dos dois maiores partidos no sistema político dos Estados Unidos é a existência de um sistema eleitoral com base em distritos eleitorais uninominais e na pluralidade de votos. Esse sistema permite a eleição de apenas um candidato por distrito, seja para a Câmara dos Deputados, para o Senado Federal, para as Assembleias estaduais ou até para outros cargos eletivos de nível local, não importando o número de candidatos que concorram a tais cargos. O vitorioso é sempre o indivíduo com o maior número de votos, mesmo que esse número não atinja a maioria absoluta.

Ao contrário do sistema de representação proporcional, no qual uma certa porcentagem minimamente significativa de votos recebida por um dado partido traduz-se em assentos no Poder Legislativo para aquele partido, no sistema distrital uninominal em um único turno, um partido pode receber 20% dos votos em cada estado e, ainda assim, não conquistar um único assento. De acordo com Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 18), esse tipo de arranjo institucional não apenas explica o predomínio do bipartidarismo, “também garante que os terceiros partidos que apareçam terão vida curta”. Quanto tempo pode um terceiro partido sustentar derrotas eleitorais continuadas antes de provocar a desilusão de seus eleitores, que podem, então, facilmente migrar para um dos grandes partidos?

Essa explicação para o predomínio do bipartidarismo nas eleições dos Estados Unidos tem suas raízes teóricas no trabalho do cientista político francês Maurice Duverger (1980, p. 253). Duverger foi um dos primeiros teóricos a postular que um sistema eleitoral com base na pluralidade de votos favoreceria a existência do bipartidarismo. Para ele, pode-se esquematizar seu postulado na seguinte fórmula: o escrutínio majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos. “De todos os esquemas que se definiram neste livro, este último é, sem dúvida, o que mais se aproxima de uma verdadeira lei sociológica”.

Segundo Riker (1982, p. 761), Duverger ofereceu duas teorias para explicar porque a regra da pluralidade de votos destruiu as chances dos terceiros partidos nos Estados Unidos: um efeito mecânico e um fator psicológico.

“O efeito mecânico dá aos políticos um incentivo a abandonar os partidos que ganham menos do que eles esperavam. Observando os votos desperdiçados e os votos que, apesar de desperdiçados, contribuiriam indiretamente para a vitória dos partidos vistos como as alternativas menos ruins, o fator psicológico dá aos eleitores um incentivo para votar num partido de sua segunda escolha”.

Embora as premissas de Duverger pareçam conter uma explicação válida para o que acontece nos Estados Unidos, elas não podem ser consideradas uma “lei sociológica” universal. Todos os países de língua inglesa fazem eleições distritais com escrutínio majoritário de um só turno, em que se elegem candidatos com uma pluralidade de votos. Entretanto, só nos Estados Unidos encontra-se um sistema bipartidário sem terceiros partidos relevantes. A Grã-Bretanha e a Austrália têm três partidos importantes. O Canadá e a Índia contam, ambos, com sistemas multipartidários.

Uma outra barreira frequentemente citada na literatura é o sistema de seleção

presidencial norte-americano com seu colégio eleitoral. O sistema baseado no colégio eleitoral não favorece os partidos de base regional que apenas poderiam ganhar votos em poucos estados. Isso acontece porque o procedimento de voto no âmbito do colégio eleitoral deflaciona a força dos terceiros partidos e inflaciona a margem dos partidos majoritários. À exceção dos estados do Maine e de Nebraska, as leis estaduais determinam que os votos eleitorais no colégio eleitoral sejam agraciados, em sua totalidade, ao candidato que consiga o maior número de votos populares dentro de cada estado. Um candidato que venha a alcançar o segundo lugar no pleito em determinado estado não recebe sequer um voto desse estado no colégio eleitoral, mesmo que o número de votos populares recebidos tenha sido elevado. Para ter qualquer impacto eleitoral, um partido deve ganhar eleições dentro dos estados. Como resultado, mesmo uma candidatura à presidência de um terceiro partido relevante, como foi o caso da de John Anderson em 1980, que conseguiu mais de 6% da votação popular, não logrou obter um único voto no colégio eleitoral (ROSENSTONE; BEHR; LAZARUS, 1996, p. 17).

Assim, o colégio eleitoral funciona como uma espécie de guardião do sistema bipartidário norte-americano. Como bem coloca Mazmanian (1974, p. 111), o voto direto para presidente eliminaria o caráter de pluralidade, no qual o primeiro candidato em votos pretere todos os demais, e também eliminaria a sistemática sobrerrepresentação dos grandes partidos nacionais. Possivelmente “viabilizaria um maior número de candidaturas de terceiros partidos”.

Ainda figuram como barreiras à viabilidade de terceiros partidos as restrições de acesso às cédulas de votação. De acordo com vários autores, um dos grandes obstáculos enfrentados por partidos minoritários no sistema norte-americano é simplesmente o de conseguir constar da cédula de votação. Hazlett II (1992, p. 38) explica que esse

é um problema surgido no século XX, uma vez que, até a adoção da cédula secreta entre 1888 e 1916, cada partido providenciava para seus eleitores sua própria cédula de votação.

“O aumento no número de cargos eletivos forçou as assembleias legislativas nos estados a colocar limites no número de candidatos, dando aos maiores partidos *status* preferencial, ao mesmo tempo que tornava difícil para os partidos menores fazerem parte das cédulas” (Idem).

Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 19) acreditam que os grandes partidos nacionais desempenharam um papel vital no estabelecimento de restrições de acesso às cédulas estaduais. Para eles, os partidos Democrata e Republicano “construíram um labirinto de complexas regras e procedimentos para dificultar a presença de partidos menores e candidatos independentes nas cédulas para eleições gerais”. Além disso, os candidatos dos grandes partidos têm lugar garantido nas cédulas, nelas aparecendo automaticamente, enquanto os partidos menores são obrigados a apresentar uma petição às autoridades eleitorais estaduais antes de conseguirem incluir seus candidatos nas respectivas cédulas.

Uma vez que não há leis eleitorais unificadas nos Estados Unidos e fica a cargo de cada estado determinar suas próprias regras de acesso às cédulas, os terceiros partidos confrontam-se, de fato, com enormes desvantagens para sequer figurarem nas cédulas em eleições nacionais. Para os terceiros partidos participarem de eleições nacionais, precisam derrubar nada menos que 50 diferentes conjuntos de barreiras burocráticas, um conjunto para cada estado. Essas barreiras incluem os requisitos de prazos diferenciados e números distintos de assinaturas de eleitores, que podem variar de 25 assinaturas, no estado do Tennessee, a 100 mil assinaturas, na Califórnia.

Tais restrições traduzem-se em grande ônus para candidatos de terceiros partidos.

George Wallace, por exemplo, para poder participar das eleições presidenciais de 1968, foi forçado a concorrer com seis diferentes legendas partidárias em diferentes estados. John Anderson, por outro lado, teve que gastar mais da metade de todo o dinheiro arrecadado em sua campanha, como candidato de terceiro partido, para pagar custas legais e despesas relacionadas com petições submetidas aos estados (ROSENSTONE; BEHR; LAZARUS, 1996, p. 24).

Pesquisadores também concordam que as leis de financiamento de campanha apresentam impactos negativos para terceiros partidos. Hazlett II (1992, p. 43) descrevia a lei federal eleitoral norte-americana como um instrumento projetado para restringir a influência do poder econômico no processo eleitoral, mas que, em realidade, tornou-se uma lei voltada à proteção dos grandes partidos. Os dois maiores partidos recebem autorização imediata para o financiamento público nas campanhas presidenciais, enquanto partidos de menor porte só recebem tais recursos após ocorrida a eleição, retroativamente, e segundo alguns critérios estabelecidos pela lei. Esses critérios incluem constar da cédula em pelo menos 10 estados e obter pelo menos 5% do voto popular nacional. Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 26) observam que, dos 148 candidatos de partidos menores que disputaram eleições em mais de um estado desde 1840, apenas 10 se qualificariam para o financiamento público retroativo previsto na lei. Durante as primárias, candidatos vinculados a partidos majoritários recebem recursos federais correspondentes ao que gastaram individualmente, enquanto os candidatos de partidos menores, que não realizam primárias, não têm direito a esses recursos. Para piorar a situação, mesmo sendo negado aos candidatos de terceiros partidos os benefícios de subsídios pré-eleitorais federais, eles ainda têm que obedecer aos requisitos da lei no que tange à divulgação dos gastos de campanha. Em resumo, a legislação garante que sempre haverá um grande hiato entre

os recursos financeiros disponíveis para os grandes e os terceiros partidos.

Por fim, o acesso aos meios de comunicação constitui a última barreira institucional a ser vencida pelos terceiros partidos para viabilizar suas chances na competição eleitoral nos Estados Unidos. Trata-se de um elemento crucial para qualquer esforço de campanha com pretensões reais no contexto do sistema eleitoral e partidário norte-americano, suprimindo a necessária legitimidade para os candidatos. Se a exposição aos meios de comunicação, por si só, não pode garantir a vitória de um candidato, a falta de exposição certamente garantirá o fracasso da empreitada.

A maioria dos autores que analisam o assunto concorda que os candidatos de terceiros partidos não recebem a cobertura dos meios de comunicação de massa na mesma extensão em que a recebem candidatos dos partidos majoritários. Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 33) afirmam existir uma grande disparidade entre o volume de cobertura dispensado pela mídia aos pequenos e aos grandes partidos.

“Em 1980, os principais jornais e revistas dos Estados Unidos deram a Reagan e a Carter aproximadamente 10 vezes mais cobertura do que a todos os outros 11 candidatos de terceiros partidos juntos. Essa disparidade mostrou-se presente também no noticiário das redes de televisão: entre janeiro e setembro, o noticiário noturno da CBS dedicou 6 horas e 10 minutos de cobertura a Carter, 3 horas e 9 minutos a Reagan e 1 hora e 46 minutos a Anderson”.

Ernest Evans (1988, p. 14) explica que a mídia emprega dois argumentos contra a cobertura de terceiros partidos. “Primeiro, muitos acreditam que os partidos menores são constituídos por malucos e radicais, e, como tal, não merecem uma cobertura digna. Segundo, uma vez que os partidos menores não têm chances reais de ganhar a eleição, eles não merecem a atenção da

mídia". Rosenstone (1996, p. 350) e seus colegas encontraram em seu estudo evidências que corroboram a explicação dada por Evans. Na opinião deles, os candidatos de terceiros partidos recebem pouca atenção dos editores da mídia impressa e televisiva porque esses editores não os consideraram relevantes para o pleito. "Quase 2 de cada 3 editores de jornal acreditavam que seus leitores não teriam interesse em candidatos de terceiros partidos em 1980". Ademais, segundo os pesquisadores, a mídia faz mais do que simplesmente ignorar os terceiros partidos. "Às vezes, ela mostra-se flagrantemente hostil para com os candidatos desses partidos" (Idem, p. 36).

O problema que se apresenta com a situação descrita acima é que tanto os candidatos de terceiros partidos quanto o eleitorado, de uma forma geral, são tratados injustamente. A mídia predetermina quem tem chances de ganhar e, ao fazê-lo, impede que o público receba informação sobre todos os candidatos e todas as questões em jogo. Isso, como afirma Hazlett II (1992, p. 46), fecha o ciclo vicioso dos terceiros partidos. "Sem cobertura adequada dos meios de comunicação, eles têm pouca chance de divulgar suas idéias e, como resultado, receber os votos a que fariam jus no dia da eleição".

3.2. Barreiras não institucionais

Além de barreiras institucionais, vários autores sugerem a existência de obstáculos de natureza diversa prevenindo o desenvolvimento de terceiros partidos no sistema partidário dos Estados Unidos. Gillespie (1993, p. 29), por exemplo, postula que a própria cultura norte-americana fortalece um processo de socialização política que alicerça o sistema bipartidário em detrimento de qualquer outra forma de se organizar o sistema partidário. Para ele, os terceiros partidos são vítimas de um processo de socialização que sinaliza, para cada nova geração, que desvios multipartidários do padrão bipartidário são antiamericanos, gerando a lealdade a um dos dois partidos

majoritários ou produzindo uma disposição não partidária.

Da mesma forma, Rosenstone, Behr e Lazarus comentam que os terceiros partidos tornam-se presas dessas atitudes negativas. As pessoas tendem a presumir que os candidatos de terceiros partidos terão um desempenho pobre nas eleições e essa presunção tem todos os requisitos para se tornar uma profecia autorrealizável, porque o apoio do eleitorado fica cada vez mais difícil de se obter.

O eleitorado norte-americano também apresenta a tendência de enxergar o bipartidarismo no país como um arranjo quase sagrado.

"Os candidatos de terceiros partidos são vistos como agitadores, causadores de desarmonia do sistema bipartidário americano. Assim, os partidos menores não estão em pé de igualdade com os partidos Democrata e Republicano; eles devem primeiro estabelecer sua legitimidade – coisa que eleitores não exigem dos grandes partidos" (ROSENSTONE; BEHR; LAZARUS, 1996, p. 39,40).

Hazlett II (1992) adiciona a essas barreiras não institucionais mais um obstáculo de cunho social, que ele chama de a ideia do "voto desperdiçado". Esse conceito, que tem seu paralelo no fator psicológico de Duverger, consiste na prática frequente dos grandes partidos de sublinhar para os eleitores que votar em terceiros partidos que têm pouca ou nenhuma chance de ganhar as eleições é o mesmo que desperdiçar o voto. Enquanto a tática garante lealdade para os grandes partidos, ela tem o propósito secundário de questionar a legitimidade dos partidos menores, que estariam à margem do sistema e seriam liderados por indivíduos sem as necessárias credenciais.

3.3. Explicações fundamentadas na teoria da escolha racional

Há explicações para a falta de viabilidade e de relevância dos terceiros partidos no

sistema partidário norte-americano baseadas em teorias econômicas. Duas dessas explicações podem ser encontradas nas teorias desenvolvidas por Anthony Downs (1999) e por John Aldrich (1995).

A teoria de partidos proposta por Downs (1999, p. 50) centra-se na competição eleitoral. Presumindo que os atores políticos sejam maximizadores de utilidade racionalmente perfeitos e que cada elite partidária tenha como objetivo a manutenção ou captura de cargos eletivos, Downs concebe os partidos como entidades que “formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas”.

No modelo bipartidário definido por Downs, os partidos alteram deliberadamente suas plataformas para se assemelhar ao seu oponente, enquanto, no sistema multipartidário, os partidos se empenham em permanecer o mais ideologicamente distintos dos rivais. Além disso, no bipartidarismo, os partidos mantêm suas plataformas indefinidas e ambíguas de forma a encorajar os eleitores a se comportarem irracionalmente. Downs conclui que, para eleger seus candidatos, um partido, nesse modelo bipartidário, deve conseguir mais votos do que qualquer outro partido no sistema.

“Esse arranjo encoraja os partidos que perdem repetidas vezes a se fundirem, de modo a conquistar um total combinado de votos maior do que o total recebido pelo que vence repetidas vezes. Essa amalgamação continua até que cada um dos sobreviventes tenha uma chance razoável de conquistar a maioria dos votos, que é a única maneira de ele ter certeza de obter o poder. Desse modo, o resultado do tipo o vencedor-leva-tudo de uma estrutura eleitoral de pluralidade tende a estreitar o campo a dois partidos concorrentes” (DOWNS 1999, p. 144,145).

Como Downs, Aldrich vê os partidos como um resultado dos esforços de ma-

ximização de utilidade de atores políticos racionais. A diferença entre ele e Downs é que seu modelo de escolha racional é menos rígido, permitindo a interposição do contexto político e de arranjos institucionais nos cálculos racionais de seus atores políticos, e, mais importante, ele conceitua o objetivo de se conquistar um cargo eletivo como apenas um entre muitos objetivos dos membros de partido. Aldrich trabalha, em realidade, com a abordagem conhecida como o novo institucionalismo, dentro da tradição da teoria da escolha racional.

O partido, para Aldrich (1995, p. 4,5), é uma criação de atores políticos. Os políticos criam, mantêm, exploram, reformam ou ignoram os partidos políticos para facilitar a conquista de seus objetivos. Mas, para Aldrich, os partidos também devem ser analisados a partir de sua relação com o eleitorado, com o poder legislativo, com as instituições governamentais, de uma forma geral, assim como em relação ao contexto histórico no qual se inserem.

Em sua análise do bipartidarismo nos Estados Unidos, Aldrich apoia-se no trabalho de Maurice Duverger (1980). Para Aldrich, a razão de os políticos se filiarem a um grande partido, ao invés de se filiarem a um menor, é simples: as chances de eleição são maiores quando se pertence a um partido de grande porte. Como Duverger, ele baseia seu modelo dedutivo na “tese do voto desperdiçado” e na constatação de que é do interesse do partido ser um dos dois maiores partidos. Assim, os partidos buscam recrutar os candidatos mais fortes, e esses, por sua vez, buscam reduzir sua escolha a apenas dois partidos.

Do ponto de vista do eleitor, o comportamento racional traduz-se em evitar “desperdiçar” seu voto. Portanto, a dificuldade de manter um terceiro partido viável no sistema advém do fato de que eleitores confrontados com a antipatia com candidatos dos dois grandes partidos terminarão escolhendo o menos antipático em vez de escolher seu candidato preferido de um

terceiro partido. Os candidatos de terceiros partidos só apresentam bom desempenho quando os candidatos dos dois grandes partidos não oferecem uma alternativa para um segmento substancial do eleitorado.

3.4. *Perspectiva marxista*

O duopólio no sistema partidário norte-americano também tem sido explicado à luz da teoria marxista. Piven e Cloward (1989), por exemplo, estudaram as mudanças e as reformas do sistema partidário como um resultado de esforços concentrados das elites econômicas no sentido de proteger o sistema contra o populismo. McSweeney e Zvesper (1991), por sua vez, estudaram a questão da consciência de classe como um impedimento à ascensão de terceiros partidos viáveis.

Muito embora seu livro não trate de terceiros partidos, a análise feita por Piven e Cloward do aumento da abstenção nas eleições norte-americanas revela, a partir dos registros históricos, muito sobre o enfraquecimento dos partidos de uma única bandeira e sobre o fortalecimento das duas maiores agremiações partidárias do país no decorrer do século XIX. Para eles, o declínio dos partidos pequenos de uma só bandeira, assim como o aumento da abstenção nas urnas, isto é, o declínio do elo entre partidos e eleitorado, está diretamente relacionado ao domínio dos dois partidos majoritários exercido pelas elites econômicas ávidas por defender o sistema político da ameaça do que acreditam ser radicalismo político.

Piven e Cloward (1989, p. 67) afirmam que, após as eleições de 1896, as elites econômicas do país mobilizaram-se para assegurar a realização de reformas na arena política para reduzir o número crescente de partidos competidores, fenômeno visto por tais elites como gerador de conflito.

“A eliminação da competição partidária facilitou a oligarquia interna e deu sustentação a tal oligarquia por maior tempo. Uma vez que a competição eleitoral reduziu-se, em

grande margem, a assuntos internos do partido na maior parte do país, pelo menos no que se referia a eleições nacionais, a influência dos eleitores nos cálculos das lideranças partidárias diminuiu e a influência das elites econômicas aumentou consideravelmente”.

Segundo os autores, após as eleições de 1896, “as reformas patrocinadas pelo empresariado gradualmente enfraqueceram os partidos clientelistas e diminuíram sua capacidade de mobilizar eleitores” (Idem, p. 74).

Outrossim, a preponderância das reformas patrocinadas pelo empresariado pode ser vista como uma

“reação defensiva aos tumultos políticos ocorridos nos Estados Unidos no final do século XIX, por um lado, e por outro, como um esforço agressivo de ganhar o controle incontestável do aparelho do estado... Em meados do século XIX, o envolvimento governamental nos assuntos econômicos era intermitente. Mas nas décadas marcadas pelo crescimento industrial rápido e não regulamentado logo após a Guerra Civil, as elites econômicas começaram a exigir mais do governo” (Ibidem, p. 71).

Para os autores, fazia sentido para as elites empresariais restringir a competição política a partidos conservadores sob controle e construir um marco legal para reduzir a probabilidade de terceiros partidos radicais ascenderem dentro do sistema.

McSweeney e Zvesper (1991, p. 87) mostram-se perplexos com a ausência de partidos importantes de esquerda nos Estados Unidos. Para eles, os Estados Unidos constituem uma exceção entre as democracias do Ocidente.

“Na maioria das nações ocidentais, tais partidos já detiveram o poder no governo central. Em um punhado de casos onde isso não aconteceu, como no Canadá, os partidos da esquerda

democrata respondem por aproximadamente um quinto do eleitorado nacional. Mas nos Estados Unidos os partidos de esquerda não representam uma ameaça aos partidos majoritários... Desde 1948, nenhum candidato filiado a um partido de esquerda obteve sequer 1% do voto em uma eleição para presidente”.

Os autores não concordam com a ideia de que a consciência de classe inexista nos Estados Unidos e que um consenso em torno de valores liberais, radicado no individualismo, na liberdade, nos direitos à propriedade e na igualdade de oportunidade, reine de forma suprema no país. Para eles, abundam evidências da existência de consciência da classe trabalhadora nos Estados Unidos.

“Pesquisas mostram que muitos norte-americanos identificam a si mesmos como uma classe trabalhadora, expressam uma preferência por associarem-se com outros membros de sua própria classe e atribuem as desigualdades sociais existentes no país a causas estruturais e não a deficiências pessoais. De fato, a forte militância dos sindicatos pode muito bem ser interpretada como um comportamento brotado da consciência de classe” (MCSWEENEY; ZVESPER, 1991, p. 89).

O que existe, segundo a tese dos autores, são obstáculos à politização da consciência de classe. E, para eles, esses obstáculos são constituídos por uma mistura de partidos de base clientelista, imigração massificada, segregação residencial de grupos étnicos e um sistema descentralizado de governo (Idem).

Sem a politização da consciência de classe trabalhadora, simplesmente não há como esperar que partidos de esquerda, de base eminentemente ideológica, finquem raiz no sistema partidário norte-americano e tornem-se uma alternativa viável para os eleitores.

4. O Partido Libertário e o Partido Reformista de Ross Perot: diferentes tipos de terceiros partidos

As diferenças, semelhanças e peculiaridades que caracterizam os terceiros partidos nos Estados Unidos podem ser ilustradas pelo perfil do Partido Libertário e pelo partido que nasceu da candidatura independente de Ross Perot à presidência em 1992 e 1996. O Partido Libertário apresenta-se como exemplo de partido doutrinário de continuidade, enquanto o Partido Reformista de Ross Perot preenche os requisitos de partido de curta duração.

Fundado em 1971, o Partido Libertário não pode ser considerado uma entidade antiga no sistema partidário norte-americano. Desde então, contudo, tem crescido para se tornar o maior terceiro partido de caráter continuado, recebendo uma média de 1% do voto nacional desde 1984. Outrossim, enquanto organização, o partido tem conseguido aumentar seu alcance, participando em eleições com um número crescente de candidatos a cargos eletivos em todos os níveis de governo. De acordo com Hazlett II (1992, p. 8), tanto o número de filiados como a expressividade eleitoral do partido cresceram de tal maneira que, já em 1980, seus candidatos passaram a figurar nas cédulas de todos os 50 estados da União e o partido recebeu quase 900 mil votos populares.

O que distingue o Partido Libertário de todos os outros terceiros partidos norte-americanos é, talvez, sua posição ideológica. Não se enquadrando entre os rótulos tradicionais da política nos Estados Unidos, seja na esquerda ou na direita, o partido ocupa um nicho ideológico muito singular. Mark Paul descreve o partido como um amálgama de indivíduos da esquerda e da direita.

“A ideologia prescreve que seus filiados apóiem as liberdades civis e o fim do militarismo; também levá-os à defesa de um capitalismo de *laissez-*

faire mais puro do que o observado na história norte-americana” (HAZLETT II, 1992, p. 61).

O libertarianismo é diferente do conservadorismo, como bem observa David Frum (1994, p. 202). Os seus seguidores creem no máximo de liberdade individual como um fim em si mesmo, sem se preocupar com as consequências dessa crença. Os libertários se opõem ao intervencionismo do estado e do governo na sociedade. Para eles, a função primária do governo é proteger as liberdades e a propriedade dos indivíduos.

Alguns afirmam que o partido foi formado após a cisão ocorrida nas fileiras do conservadorismo tradicional, sobretudo após as eleições presidenciais de 1968. Segundo Tuccille (1970, p. 10), “o Partido Libertário formou-se a partir da união de Republicanos descontentes, Democratas contrariados, anarquistas, socialistas e membros do SDS e do movimento de Jovens Americanos pela Liberdade”. Hazlett II (1992, p. 77) sublinha que o partido não nasceu como resposta a uma crise, como foi o caso da maioria dos terceiros partidos dos Estados Unidos. Para ele, tanto o contexto social como os assuntos econômicos do final da década de sessenta e início de setenta não explicam com propriedade os motivos da fundação do partido.

Apesar das impressionantes credenciais que o Partido Libertário detém entre os terceiros partidos do tipo doutrinário, não conseguiu bons resultados em seu desempenho eleitoral. Em nenhuma das eleições que participou, sejam elas nacionais, estaduais ou locais, o partido logrou ser o fiel da balança. Em 1972, ano da primeira eleição para presidente de que o partido participou, seu fracasso foi completo. Os candidatos do partido constavam da cédula oficial em apenas dois estados, recebendo ao todo 3.671 votos (HAZLETT II, 1992, p. 93). Em 1976, o partido conseguiu aumentar sua participação nas cédulas estaduais, passando a constar das cédulas oficiais em

32 estados e recebendo um total de 173.019 votos populares.

A campanha do partido nas eleições de 1980 foi concebida para projetar a agremiação para o grupo dos partidos majoritários. A ideia era tornar-se uma alternativa legítima e viável aos partidos grandes, figurando nas cédulas de todos os estados da União e recebendo um percentual de votos que desse ao partido um *status* de permanência nas cédulas estaduais e viabilizasse a estabilidade da organização partidária. De fato, o partido conseguiu figurar nas cédulas de todos os estados norte-americanos em 1980. Além disso, com fundos de campanha superiores a 3 milhões de dólares, a maioria proporcionada por seu candidato David Koch, o partido ampliou a visibilidade junto ao eleitorado. Mas seu desempenho eleitoral ficou muito aquém do candidato independente John Anderson. O partido recebeu um total de 921.299 votos contra 5.720.600 votos recebidos por Anderson (HAZLETT II, 1992, p. 97). Esse número total de votos foi muito reduzido para garantir a permanência da legenda nas cédulas em vários estados. Quanto à questão organizacional, o partido criou um comitê permanente de campanha em 1982 para coordenar os esforços de recrutamento de candidatos e de assistência a campanhas estaduais e locais.

Dos anos oitenta para cá, contudo, o partido não tem obtido sucesso em vencer os obstáculos institucionais e não institucionais que vitimam os terceiros partidos. Sem os recursos proporcionados por um candidato rico como Koch, o partido tem assistido a um declínio constante de seu percentual de voto popular. O que a experiência com o candidato Koch e seus recursos financeiros pessoais parece demonstrar é que dinheiro constitui uma importante variável para que terceiros partidos possam ultrapassar as barreiras que lhes são impostas pelo sistema partidário dos Estados Unidos. Cabe lembrar que, nas últimas eleições, os partidos majoritários

conseguiram bater seus próprios recordes em termos de financiamento de campanha para presidente. Segundo dados do Centro de Política Responsável, o comitê de campanha de Barack Obama, pelo Partido Democrata, conseguiu arrecadar 745 milhões de dólares; o comitê de campanha de John McCain, pelo Partido Republicano, arrecadou menos da metade, 368 milhões de dólares; enquanto o comitê de campanha de Bob Barr, do Partido Libertário, arrecadou apenas 1 milhão de dólares. Outros terceiros partidos que participaram das eleições presidenciais de 2008 tiveram arrecadações ainda menores do que a registrada pelo Partido Libertário. O Partido Verde, por exemplo, arrecadou 199 mil dólares, enquanto o Partido Constitucionalista arrecadou 258 mil dólares (2009).

A experiência histórica de Ross Perot vem corroborar a hipótese de que o dinheiro apresenta-se como a mais importante arma dos terceiros partidos para vencer os obstáculos do sistema partidário norte-americano. Perot conseguiu derrubar os impedimentos para sua candidatura por um terceiro partido em 1992 graças a seu acesso a dinheiro, e muito dinheiro. De acordo com Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 232),

“os 73 milhões de dólares que Perot despejou na sua candidatura eram simplesmente a maior soma de recursos jamais investida por um candidato de terceiro partido para uma campanha à Casa Branca. Com dinheiro, Perot pôde construir uma organização para a campanha, pôde financiar movimentos populares para acessar as cédulas em todos os estados e pôde também comprar tempo nas redes de televisão para veicular seus anúncios políticos. Com dinheiro veio a credibilidade”.

A campanha eleitoral de Perot em 1992 foi baseada em sua crítica aos dois grandes partidos dos Estados Unidos. Segundo ele, para que o problema do déficit nacional

pudesse ser resolvido, seria necessário reformar todo o sistema político. Na opinião de Perot, os grandes partidos haviam fracassado no objetivo de restringir as contribuições de campanha, haviam fracassado de se afastarem do dinheiro dos grandes interesses econômicos. Para Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 237,238), a mensagem de Perot agradou inicialmente a um grande segmento de eleitores e essa foi a razão pela qual, em meados de junho, Perot despontava com o primeiro lugar na corrida presidencial, segundo as pesquisas de opinião, com 39% das intenções de voto.

Inicialmente Perot criou sua organização de campanha não como um terceiro partido, mas como um entidade privada. *United We Stand*, como era chamada a organização, foi posteriormente transformada em um grupo sem fins lucrativos dedicado à promoção da agenda política de Perot.

Na eleição de 1992, Perot capturou quase 19% do voto popular, o que representava muito mais do que qualquer terceiro partido, tinha conquistado em oito décadas. Entretanto, a barreira do colégio eleitoral funcionou contra sua candidatura e ele não obteve um único voto no colégio eleitoral.

De acordo com Rosenstone, Behr e Lazarus (1996, p. 243), a candidatura de Perot não desempenhou um papel de fiel da balança em 1992. “Bill Clinton teria sido eleito presidente mesmo que Perot não tivesse concorrido... Ele impediu que Clinton recebesse a maioria absoluta dos votos, ficando Clinton com apenas 43% do voto popular”.

Lamentavelmente, Perot não buscou dar sequência ao sucesso obtido no pleito com a consolidação de sua legenda como terceiro partido viável. Como observou Wattenberg (1996, p. 214), embora Ross Perot tenha proposto a formação de um terceiro partido, ele concebeu a agremiação apenas como um veículo para sua indicação como candidato à presidência.

“Essa organização não preenche os requisitos de um partido político, já

que não busca controlar o aparelho governamental do país. Trata-se apenas de um mecanismo para organizar o voto de descontentes e, assim, influenciar o resultado da competição entre os dois maiores partidos, além de apresentar-se como veículo para um candidato independente concorrer às eleições”.

A experiência de Ross Perot deixa claro que as barreiras impostas aos terceiros partidos pelo sistema partidário dos Estados Unidos não são nada negligenciáveis. Perot atraiu para sua candidatura um grupo substancial de eleitores insatisfeitos com o sistema político e tinha o dinheiro necessário para pagar pelos custos associados à superação da maioria das barreiras que mantêm os terceiros partidos à margem da política partidária no país. Mesmo assim, ele não conseguiu superar a barreira do colégio eleitoral. No fim, Perot não representou nenhuma ameaça ao predomínio das duas grandes legendas do bipartidarismo norte-americano.

5. *As perspectivas para os terceiros partidos nos Estados Unidos*

A julgar pela lista de barreiras operando em conjunto contra os terceiros partidos, não seria de se estranhar que a viabilização desses partidos no sistema partidário norte-americano fosse considerada remota. Defensores do *status quo* afirmam que a viabilidade não deveria necessariamente ser um objetivo a ser perseguido pelos terceiros partidos, uma vez que essas agremiações políticas já desempenham um papel importante no sistema. Como Leon Epstein (1967, p. 68) explica, um terceiro partido é, de fato, “um elemento funcional na competição entre dois partidos”. Em primeiro lugar, terceiros partidos são canais para apresentação de ideias reformistas para o eleitorado, para o governo e para os grandes partidos. Como Gillespie (1993, p. 24) observa, muitos dos mais nobres e mais

radicais avanços na questão da liberdade nos Estados Unidos foram propostas de terceiros partidos antes de serem cooptadas pelos grandes partidos. Foi o caso do Partido da Proibição no que diz respeito ao sufrágio feminino. A lógica por trás dessa função é bastante simples. Os partidos majoritários, para assegurarem seu nível de apoio generalizado, evitarão abordar as questões que possam dividir e alienar segmentos de seu eleitorado. Os partidos pequenos não têm esse problema, pois contam com apoio mínimo do eleitorado.

Contudo, devemos ressaltar que o fato de um terceiro partido levantar uma bandeira que posteriormente é cooptada por um partido majoritário não implica que o sucesso eleitoral de uma bandeira possa ser atribuído unicamente ao esforço do terceiro partido. Os grupos de interesse são, em geral, mais poderosos patrocinadores de reformas e de bandeiras do que os terceiros partidos e a cooptação de uma questão por um partido majoritário pode muito bem ser uma reação ao trabalho de grupos de interesse.

Uma segunda função dos terceiros partidos é prover aos descontentes uma avenida de acesso ao sistema. Diversos grupos dentro de grandes partidos encontram nos terceiros partidos um refúgio para sua defecção, bem como um canal com o qual pressionam os primeiros a aceitarem uma agenda reformista. Hazlett II (1992, p. 32) ressalta que, apesar dos muitos obstáculos que enfrentam, “os partidos pequenos podem forçar os partidos majoritários a realizarem importantes mudanças de política, absorvendo novos apoios e evitando a ameaça de serem suplantados por um terceiro partido”.

A terceira função é a de desempenhar o papel de válvula de escape do sistema bipartidário. Com os terceiros partidos representando posições radicais no espectro político, tanto de esquerda quanto de direita, os partidos majoritários veem desafiadas as pressões por pureza ideológica.

Assim, podem manter o amplo escopo de suas plataformas e evitar divisões internas baseadas em ideologia. Não é mera coincidência que os dois partidos majoritários nos Estados Unidos não sejam muito diferentes um do outro com respeito a ideologia.

Finalmente, a literatura especializada cita como uma função dos terceiros partidos a de servir como fiel da balança nas eleições. Se conseguir um bom desempenho eleitoral, um terceiro partido pode vir a ser um fator decisivo em uma eleição, ao atrair um número substancial de eleitores dos partidos majoritários.

Há estudiosos que se opõem a tal concepção de terceiros partidos, acreditando que o sistema atual deveria ser reformado. Lowi (1995, p. 50) é, possivelmente, o mais conhecido dos críticos do bipartidarismo norte-americano. Para ele, os dois grandes partidos dos Estados Unidos atrofiaram “porque ambos estão no poder tempo demais... Os partidos Republicano e Democrata encontram-se imobilizados por prometeram coisas demais a gente demais”. Segundo Lowi (1995, p. 52), um sistema tripartidário seria mais coerente, pois os partidos que competem por uma pluralidade de votos apresentariam posições mais firmes sobre os muitos assuntos da agenda política. “Num sistema tripartidário, até os grandes partidos teriam incentivos fortes para serem mais claramente programáticos... Cada partido seria um partido responsável”.

Lowi não acredita que sua concepção de um sistema partidário norte-americano constituído por três partidos seja uma utopia. Ele observa que uma porção significativa da população não está satisfeita com nenhum dos dois grandes partidos do país. À medida que o compromisso pessoal do eleitor com o partido declina e a desconfiança com a classe política continua a aumentar, cresce também o potencial para mudanças reais do sistema.

David Reynolds, autor de *Democracy Unbounded*, compartilha da opinião de

Lowi. Escrevendo a partir da perspectiva de um ativista do Partido Progressista, ele não apenas acredita que o segmento progressista do eleitorado possa ser mobilizado, da mesma forma que os conservadores fizeram com movimentos como o Direito à Vida. Para ele, tal mobilização pode ser a semente de um partido mais forte que venha a desafiar o atual sistema.

Referindo-se às eleições de 1996, Reynolds (1997, p. 327) ressalta que as pesquisas de opinião mostram que somente 32% do público está satisfeito com as alternativas de candidatos oferecidas pelos dois grandes partidos. Para Reynolds, “quase dois terços do eleitorado gostaria de ver um terceiro partido alternativo” na competição. Como filiado fiel ao Partido Progressista, ele espera que seu partido venha preencher essa lacuna.

Quaisquer que sejam as esperanças dos defensores da alternativa de um terceiro partido para o atual sistema bipartidário norte-americano, e a despeito da existência de um número substancial de eleitores insatisfeitos com os dois grandes partidos, as evidências encontradas na literatura da ciência política sobre o assunto sugerem que mudanças no *status quo* não virão com facilidade, se é que sejam sequer possíveis.

Referências

- ALDRICH, John H. *Why parties? the origins and transformation of party politics in America*. Chicago: The University of Chicago press, 1995.
- BEHR, Roy L.; LAZARUS, Edward H.; ROSENSTONE, Steven. *Third parties in America: citizen response to major party failure*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- CENTER FOR RESPONSIBLE POLITICS. *Banking on becoming president*. Washington, D.C., 2009. Disponível em: <www.opensecrets.org/pres08/index/php>.
- CLOWARD; Richard A.; PIVEN, Frances. *Why Americans don't vote*. New York: Pantheon Books, 1989.
- DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Editora da Universidade de Brasília, 1980.
- EPSTEIN, Leon D. *Political parties in western democracies*. New York: Praeger, 1967.
- EVANS, Ernest. Covering third parties. *Christian Science Monitor*, 20 out. 1998, p. 14. In: NAVARRO, Armando. *La raza unida party: a Chicano challenge to the US two-party dictatorship*. Philadelphia: Temple University Press, 2000.
- GILLESPIE, J. David. *Politics at the periphery: third parties in two-party America*. Columbia: University of South Carolina Press, 1993.
- HAZLETT II, Joseph M. *The Libertarian party and other minor political parties in the United States*. Jefferson: McFarland & Company, 1992.
- KEY, V. O. *Politics, parties, and pressure groups*. New York: Thomas Crowel, 1964.
- LOWI, Theodore J. Toward a responsible three-party system. In: SHEA, Daniel; GREEN, John (Eds.). *The state of the parties*. New York: Rowman and Littlefield, 1995.
- MAZMANIAN, Daniel A. *Third parties in presidential elections*. Washington, D.C.: Brookings Institution, 1974.
- MCSWEENEY, Dean; ZVESPER, John. *American political parties: the formation, decline, and reform of the American party system*. London: Routledge, 1991.
- REYNOLDS, David. *Democracy unbounded: progressive challenges to the two party system*. Boston: South End Press, 1997.
- RIKER, William H. The two-party system and Duverger's law: an essay on the history of political science. In: *The American Political Science Review*, v. 76, n. 4, p. 753-766, 1982.
- TAVARES, José Antonio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- TUCCILLE, Jerome. *Radical libertarianism: a right wing alternative*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1970.
- WATTENBERG, Martin P. *The decline of american political parties, 1952-1994*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

